FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA RESOLUÇÃO Nº 2/2015 E NA BNC-FORMAÇÃO: CONTEXTO, CONCEPÇÕES E PROJETOS EM DISPUTA

Sayarah Carol Mesquita dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
sayarahcarol@hotmail.com

Marília Taya Amorim Moura
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
marilia_taya@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a formação dos professores nas diretrizes curriculares (resolução nº 2/2015) e na BNC-Formação de 2019, que se articula com a recente política curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Adotamos o estudo documental, a partir de dois documentos (BRASIL, 2015, BRASIL, 2019) sobre a formação dos professores, buscando identificar o contexto, as concepções e os projetos em disputa em relação à formação docente no Brasil.

Diante disso, o texto se divide em dois momentos. O primeiro apresenta a contextualização das políticas de formação docente e o segundo traz as concepções e projetos de formação em torno da política das Diretrizes Curriculares de 2015 e da BNC-Formação de 2019.

CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

A formação dos professores no Brasil, na forma inicial e continuada, vem sendo um desafio para o desenvolvimento da qualidade social da educação básica, mediante políticas e projetos que atendam as demandas da escola pública, com professores qualificados organicamente a partir de uma formação profundamente teórica e prática, reconhecidos socialmente, com condições de trabalho e valorização.

A luta dos professores por uma política pública de formação pautada na defesa de uma formação democrática, crítica, intelectual e que valorize os profissionais, com salário, carreira e condições de trabalho, reflete na política de formação das DCNs de 2015 (BRASIL, 2015). Como apontam Bazzo e Scheibe (2019), a política de formação docente pensada nessa diretriz revela a participação

da comunidade educacional, sintetizando as lutas históricas dos professores por uma concepção radicalmente diferente de formação e baseada na construção coletiva, com o apoio de diversas entidades, como a ANPEd, ANFOPE, ANPAE e CNTE.

Até então, havia uma unanimidade em prol da defesa de novos marcos para a formação dos professores, a partir de uma política pública nacional, e as DCNs de 2015 avançaram nesse sentido, ao apresentar a organicidade e densidade nessa concepção (DOURADO, 2016).

No entanto, as DCNs, fruto de uma construção coletiva e baseada na defesa da educação pública e democrática, foi atropelada propositalmente pela BNC-Formação de 2019 que, alinhada à política curricular da BNCC, favorece a concepção tecnicista e instrumental de educação, mediante orientações e interesses de cunho empresarial. Isso representa uma política de retrocesso, mediante o enaltecimento da racionalidade neoliberal, buscando formar professores e estudantes para os imperativos do mercado.

O modelo das competências é o norte tanto da BNCC como da BNC-Formação. O modelo das competências (SAVIANI, 2011; SILVA; SCHEIBE, 2017) se relaciona com o processo de reestruturação produtiva que adéqua os espaços de trabalho para o caráter flexível e polivalente, incluindo o desenvolvimento de metas e objetivos para os trabalhadores. Isso implica também nos processos educativos, com uma nova organização que direciona o ensino de disciplinas para o ensino de competências, admitindo que os indivíduos adquiram conhecimentos que os tornem mais eficientes e produtivos.

A partir da década de 1990, o contexto latino-americano foi marcado por processos de reforma estatal, a partir das configurações da reestruturação produtiva da economia. As esferas públicas se ordenaram sob os impactos da flexibilidade produtiva e a gestão pública foi ganhando contornos empresariais. A “nova gestão pública”, como denomina Oliveira (2018, p. 45-46), surgiu como um “movimento crítico à organização estatal-burocrática”, baseada na fragmentação das burocracias, aumento das privatizações, terceirização dos serviços e mais precarização laboral. Concomitante a esse processo, o enfoque passa para a lógica do desempenho, da meritocracia e da busca desenfreada por resultados.

Nesse campo, a educação e a docência são afetadas através da incorporação de mecanismos semelhantes à organização empresarial, “com especial destaque para a adoção de incentivos econômicos articulados aos processos de avaliação, que têm sido introduzidos pelas políticas de *accountability* nos sistemas públicos de ensino.” (OLIVEIRA, 2018, p. 47). É nesse contexto, especialmente, de avanço neoliberal, reestruturação produtiva e financeirização do capital que as políticas educacionais se situam, como é o caso da BNCC e da BNC-Formação para os professores.

CONCEPÇÕES E PROJETOS EM DISPUTA

No que diz respeito às concepções que norteiam as políticas educacionais, nas DCNs de 2015 (BRASIL, 2015), a docência se define como um processo intencional e metódico que abrange conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, em articulação com uma formação científica e cultural sólida do ensinar e aprender. Tal concepção se guia pela ideia de educação como processo emancipatório e permanente, e com reconhecimento da especificidade do trabalho docente.

O que difere da concepção da BNC-Formação (BRASIL, 2019), na qual restringe a docência à apropriação de competências de acordo com a BNCC, como as competências do conhecimento, da prática e do engajamento profissional. Exclui o fato de que a docência é um processo intencional e metódico, com formação consistente e intelectual, ampliando, por outro lado, o repertório da instrumentalidade e do saber fazer. Além disso, insere-se na ideia de individualidade e meritocracia, anulando formas coletivas de pensar o trabalho pedagógico.

Conforme Oliveira e Silva (2021), a BNC-Formação direciona os conhecimentos à noção de produtividade; atrela o fazer docente às práticas quantitativas de avaliação e controle; e amplia a privatização e o empresariamento com competências e habilidades subordinadas e úteis para o mercado.

Desse modo, os projetos em disputa na formação docente vêm apresentando um caráter privatista, pragmático e regulador (PIRES; CARDOSO, 2020). O foco da formação docente é a prática, enquanto o aspecto teórico se torna secundário, exaltando um currículo técnico que transforme docentes e alunos em sujeitos disciplinados e produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que diferente das DCNs de 2015, materializada numa concepção crítica e democrática de educação, a BNC-Formação/2019 representa uma concepção instrumental e técnica de pensar a formação dos professores a partir de competências e habilidades meramente produtivas, alavancando o projeto de educação neoliberal, privatista e excludente, que traz consequências tanto para a formação dos estudantes quanto para o tipo de professor que se formará no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro: retrocessos na atual política de formação docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez., 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 2016.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, set./dez. 2018.
- OLIVEIRA, Sonia Maria Soares de; SILVA, Carlos Diogo Mendonça da. Formação de professores em tempos de retrocesso: o que dizem os documentos oficiais? **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 141-152, jan. 2021.
- PIRES, Manuella de Aragão; CARDOSO, Lívia de Rezende. BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo. **Série-Estudos**, v. 25, n. 55, p. 73-93, set./dez. 2020.
- SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). *In*: SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017.